

UM ESTUDO SOBRE REPRESENTAÇÕES DA IMPRENSA BRASILEIRA: A GUERRA DAS MALVINAS SOB A ÓTICA DA REVISTA VEJA*

SOARES, Mauricio Roberto Lemes**

Este artigo nasceu a partir de questões relevantes concebidas com o advento da História Cultural. Sendo assim, pretende-se trabalhar nesse breve estudo a Guerra das Malvinas através das representações criadas pela imprensa brasileira.

Neste caso, para a análise do objeto do trabalho, além do material pertinente ao tema, as fontes consultadas e utilizadas foram extraídas das publicações semanais da revista *Veja*, que acompanhou o desenvolvimento do confronto. A escolha da *Veja*, e somente dela, como fonte de pesquisa, se fez através de dois critérios: a relevância da revista no mercado editorial brasileiro; e principalmente um estudo, na forma de iniciação, para se trabalhar com material midiático de um modo geral.

Como as representações fazem parte do estudo da história cultural, a imprensa tem um lugar de destaque nesse meio, pois conforme veremos no decorrer deste artigo, a mesma é muito utilizada para construir representação sobre as coisas. Ela foi, é e será muito utilizada para a propagação ideológica dos vários segmentos da sociedade: a classe médica, os operários, os políticos, os professores, as minorias étnicas, entre outros. E com o desenvolvimento das telecomunicações (Rádio, TV, Internet), os “donos do poder” fizeram do seu uso – agora com grande alcance, em escala continental – uma tentativa de manipular a opinião pública sobre os “seus interesses em jogo”, principalmente no setor político da sociedade.

De fato, após analisados os pormenores existentes no conteúdo da revista, pretende-se elucidar qual o tipo de discurso proposto por ela. Isso se torna necessário para responder as perguntas oriundas da problemática levantada, que consiste em compreender, grosso modo, como a revista *Veja*, de fato, tratou a Guerra das Malvinas.

De início, será apresentado um breve histórico sobre história cultural e imprensa, o qual chamamos de pano de fundo, que servirá para a compreensão das análises posteriores. Em seguida uma abordagem sobre a “Questão Malvinas”, que descreve de forma bastante sucinta os fatos que ocasionaram a guerra. Logo após, já sob a ótica da Revista *Veja* serão apresentados dois tópicos: o impacto da guerra na sociedade argentina, na tentativa de

* Texto desenvolvido como avaliação na disciplina de Metodologias da História do Programa de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

** Aluno do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

compreender como a população contemporânea reagiu ao conflito e; o regime militar argentino e as estratégias utilizadas pelo mesmo para unir a nação em torno de uma proposta militar culminada na guerra.

Pano de fundo: História Cultural e a Imprensa

Não podemos falar sobre história cultural sem passar por sua antecessora: a Escola dos *Annales*¹. Seus fundadores March Bloch e Lucien Febvre, ambos historiadores franceses, foram responsáveis por trazer à superfície historiográfica uma nova abordagem. O estudo da história deixa de ser centrado nas duas linhagens mais tradicionais: (a) positivismo – onde os relatos baseados em documentos oficiais definiam “verdades” a serem transmitidas às gerações vindouras; (b) materialismo histórico – onde a teoria marxista persistia negligenciando o elemento “homem” como objeto de estudo. Esta renovação passa existir, desde então, sob os pressupostos de que tudo no mundo muda: os homens e as coisas (FEBVRE, 1975 apud PRIETO, 1995)². Por isso a deve ser ressaltada a importância em estudá-los. Veja o que Saturnino Sánchez Prieto escreve quando fala sobre a importância que March Bloch dava ao estudo do homem:

Su lucha en favor de una historia centrada en el hombre era también una lucha en favor de las libertades del hombre. Esto llevó a Bloch integrarse en La Resistencia francesa y a morir en un campo de concentración nazi. (1995, p. 30).

Prieto, ao tratar dos *Annales* em relação ao positivismo, coloca em “xeque” o modelo documental utilizado pelos defensores deste com relação ao estudo da história, pois via a mesma não apenas como um relato. Acreditava que uma compreensão mais acurada se daria através de formulações de problemáticas, trazendo para o estudo histórico uma maior gama de fontes, procedentes de diversos meios:

Con todo, son indiscutibles las aportaciones de los Annales en la renovación de la historia, renovaciones que apuntaban a la línea de flotación del positivismo imperante entonces: su formulación de la historia como problema frente a la historia como relato, la ruptura de los moldes eruditos y especializados abriéndose a las ciencias vecinas, la desmitificación del documento escrito como única fuente [...] (1995, p. 30)

Deste momento em diante, novas abordagens historiográficas – já podemos dizer dentro da nascente História Cultural – aparecerão, inicialmente a partir de trabalhos dos

¹ La Escuela de los Annales se formó a partir de la fundación em 1929 de la revista Annales d’Historie Economique et Social [...] que tuvo su arranque en el período de entreguerras (PRIETO. S, 1995, p. 29-30).

² Originalmente o trecho parafraseado está em espanhol, porém optei, neste caso, por traduzir para a língua portuguesa.

historiadores franceses. Jacques Le Goff e Pierre Nora, já em 1974, através da obra *Hacer la historia*³, coletaram alguns novos temas:

La obra incorpora nuevos temas de estudio a las tareas historiográficas. He aquí el título de algunos ensayos: “La vuelta al acontecimiento”, “El clima: la historia de la lluvia y del buen tiempo”, “El inconsciente”, “El cuerpo: el hombre enfermo y su historia”, “La cocina: un menú del siglo XIX” (PRIETO, 1995, p. 59).

O estudo das representações – que utilizaremos neste trabalho – tem grande reconhecimento neste novo período. Com respeito a estas representações, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento traz a seguinte definição:

As representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social. Aquele que tem o poder simbólico⁴ de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças (2003, p. 41).

Sendo assim, documentos até o momento não reconhecidos como produtores de história irão aparecer com força. São eles: os manifestos, os panfletos, os sermões, as propagandas e outros⁵. É uma nova categorização de fonte que ajudará o estudioso a compreender os bastidores das publicações, quais as reais intenções de determinados grupos sociais que se utilizam delas. Analisando por este viés, a desconstrução da verdade que tínhamos, construída pelas antigas abordagens tanto positivista quanto materialista da história, acontecerá.

A verdade continuará a ser buscada, pois o método histórico tem compromisso com ela, mas neste caso será alcançada a partir da subjetividade empregada pelo próprio historiador no momento de pesquisar algo, da forma como ele faz suas interpretações na elaboração do seu estudo. A complexidade do trabalho histórico também será baseada na dificuldade de se encontrar o que se busca para a pesquisa, pois as fontes, os documentos, “as pistas” em si, estarão em muitos lugares antes inimagináveis, ou seja, para José Mattoso, o historiador passa a ser também um verdadeiro detetive (MATTOSO, 1988).

Já o historiador Robin George Collingwood vai chamar a atenção do investigador quando este vai realizar o “inquérito científico” que resultará, obviamente, numa produção histórica. Esta ressalva diz respeito quanto ao método de trabalho chamado de “cola e tesoura”, muito utilizado em algumas produções contemporâneas. Segundo Collingwood, este método, “com base na extracção e combinação de testemunhos de diversas fontes [...] não é realmente história” (1972, p. 316), pois não analisa criticamente todas as possibilidades das

³ LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, *Hacer la historia*, Barcelona, Laia, 1980. A edição original francesa data de 1974.

⁴ Cf. (THOMPSON, 1998, p. 20-25).

⁵ Cf. (PRIETO, S, 1995, p. 62).

fontes que aparecem, de maneira a torná-las imparciais e realmente necessárias, mas persiste na seleção das mesmas ignorando muitas vezes a própria credibilidade, satisfazendo os pré-conceitos dos círculos de convívio do historiador em sua época (COLLINGWOOD, 1972).

Ou seja, com o aumento de fontes para se trabalhar, deve aumentar também a responsabilidade do produtor de história: a imparcialidade é a meta a ser alcançada.

Dentro deste arcabouço, destacamos a imprensa (revistas, periódicos, jornais, etc) com o seu poder alcance e representação numa sociedade. Ela pode, dependendo de sua área de abrangência e o público atingido, definir a compreensão da “realidade” às pessoas. Lucrecia Escudero Chauvel chama a atenção para a aceitação de conteúdo midiático como verdade:

[...] la noción de verdad aplicada a los medios es sospechosa.[...] la verdad es sempre discursiva: es el resultado entre la coincidencia entre relatos, de la alternancia y contraste de las versiones, de los desmentidos y de las declaraciones, por no citar sino algunos de los criterios de verificación internos a la profesión. Pero los sistemas narrativos de la información mediática tienen el poder paradójico de poner en circulación enunciados “falsos” – en el sentido de no acaecidos – cuyo efecto inmediato es la exposición de la verdad, sin el recurso a una verificación empírica. En síntesis: la verdad es um efecto del discurso (1996, p. 42).

Já o conteúdo de uma publicação midiática sempre seguirá uma linha editorial pré-determinada pelos seus criadores, e que conseqüentemente refletirá todos os assuntos abordados pela mesma. No fragmento de texto a seguir, retirado de uma entrevista concedida por Roberto Civita⁶ à jornalista Maria Fernanda Lopes Almeida, demonstramos como isso

funciona. Nesta entrevista, Civita relembra como foi a conversa entre ele e Mino Carta⁷ durante a criação da revista *Veja*, na qual se discute a definição da linha a ser seguida pela mídia impressa, bem como da liberdade de trabalho do diretor de redação:

Eu não vejo nenhuma revista dessa casa [Editora Abril], muito menos *Veja* como sendo independente de mim. Não faz sentido. Não é por ser dono, é por me considerar editor. Obviamente, cabe ao diretor de redação, hoje inclusive, fazer a revista no dia-a-dia. Isso é indiscutível. A gente não se mete no dia-a-dia de nenhuma revista, porque o único jeito de se meter no dia-a-dia de uma revista é você fazê-la. [...] Fazer é uma coisa. O que eu sempre fiz foi estabelecer as grandes linhas. [...] A gente discute a linha e não a matéria. Portanto, nesse sentido, o diretor de redação tem autonomia. Mas temos de concordar sobre as grandes linhas. Se não concordamos, não tem jogo. Você não pode ter a editora achando que a livre iniciativa é a solução para o País e ter uma redação que acredita que o ideal é acabar com o lucro ou a iniciativa privada. Isso tem de estar alinhado. Então, Mino [Carta] tem razão quando diz que tinha independência. Mas não tinha autonomia. Dentro

⁶ Filho do fundador da *Editora Abril*, Victor Civita, e idealizador da revista *Veja* (cf. ALMEIDA, 2008).

⁷ Famoso jornalista da época. Trabalhou no grupo *Bloch*, da extinta revista *Manchete*, antes de ser convidado pelos Civita para fazer parte do corpo editorial de *Veja* no momento de sua criação (cf. ALMEIDA, 2008).

das linhas estabelecidas por mim e por meu pai [Victor Civita], sim. (ALMEIDA, 2009, p. 26)⁸

De fato, partindo do pressuposto que é dessa forma que funciona a maioria dos órgãos da imprensa (pra não dizer todos), ao buscar na mesma o conteúdo necessário para o desenvolvimento de um trabalho histórico, o pesquisador precisa ter conhecimento prévio das “verdades existentes” nas entrelinhas da fonte que ele irá trabalhar.

A investigação do passado, seja por jornais, revistas ou outros meios existentes, vem sendo estudada com afinco por historiadores preocupados com a forma de abordagem contida nesses meios de comunicação. Não basta apenas confirmar ou não uma informação conseguida, mas conhecer a fundo sobre o meio que se está trabalhando, deve-se segundo Renouvin, (2005, p. 114 apud GLÉNISSON, 1986, p. 177-8) “[...] inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros [...]”, para a obtenção de um panorama geral da procedência de determinado assunto.

Sendo assim, pretendemos analisar as matérias apresentadas pela *Veja* à luz do que já foi escrito a respeito da guerra das Malvinas por outros trabalhos historiográficos.

A “Questão Malvinas”

O Arquipélago das Malvinas, também conhecido como *Falkland Islands*, é formado por um conjunto de ilhas localizadas no extremo sudeste do continente sul-americano. Os primeiros relatos de sua descoberta remetem ao século XVI (período das grandes navegações), e foram atribuídos a Américo Vespúcio (DUARTE, 1986). Com o passar dos anos, as Malvinas foram habitadas por holandeses, franceses, espanhóis e ingleses, que reivindicavam a posse das mesmas. Porém a reivindicação maior sempre se deu entre ingleses e espanhóis (depois argentinos), perdendo esses para aqueles, em meados do século XIX, a soberania das ilhas⁹.

Porém a Argentina nunca aceitou a posse das ilhas pela Inglaterra. Durante os aproximados 150 anos, que datam do início da soberania inglesa sobre as Malvinas, até o período da guerra em 1982, a República Argentina buscou desde o início cumprir com o papel

⁸ Entrevista com Roberto Civita realizada em São Paulo em 8 de novembro de 2004. Retirada da obra de Almeida, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009, p. 26.

⁹ DUARTE, Paulo de Queiroz. *Conflito das Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, v 1. Essa obra traz ao longo de seu 1º capítulo um histórico completo sobre as Ilhas Malvinas, abordando desde a descoberta até a sua posse definitiva pelos ingleses. O presente trabalho não tratará dessa questão, ficando o referido livro como dica de leitura para um maior aprofundamento sobre o tema.

de reivindicar para si a autoridade das mesmas. Data de 10 de março de 1842, um protesto formulado pelo ministro argentino em Londres, Don Manuel Moreno, com os seguintes dizeres:

[...] as Províncias Unidas¹⁰ não podem, nem poderão jamais conformar-se com a solução do Governo de Sua Majestade Britânica, de 5 do corrente, que elas consideram injusta e contrária a seus direitos, reproduz seus protestos de 17 de junho de 1833 e de 29 de dezembro de 1834 contra a soberania que se há arrogada a Coroa da Grã-Bretanha nas Ilhas Malvinas [...] (DUARTE, 1986, p. 28).

Esse sentimento de usurpação por parte da Argentina gerou durante a construção de sua identidade, uma ferida profunda e dolorosa, nas palavras de Duarte, “[...] um acre sentimento de revanche, sopitado mais de um século e crescendo, à medida que crescia a consciência do povo como nação [...]”, escreve ainda que “[...] o sentimento nacional de desagravo a bandeira [...] foi avolumando-se e ganhou forma anunciando e ensinando à juventude argentina desde os bancos das escolas primárias, onde os livros e mestres sustentam continuamente que as Malvinas são argentinas.” (1986, p. 29-30).

Ao longo do tempo existiram negociações na esperança de se chegar a algum acordo que satisfizesse a ambos. No entanto os resultados nunca foram satisfatórios (pelo menos para o lado argentino)¹¹. A “Questão Malvinas” só vai voltar à cena com força novamente com o advento da ditadura argentina, em meados da década de 70 do século XX, período também de desentendimentos entre as Repúblicas do Chile e Argentina pela disputa do canal de *Beagle*¹² em 1978.

O regime militar instaurado na Argentina através do golpe de 1976, que prometia por meio de seu processo de reorganização nacional “[...] produzir mudanças irreversíveis na economia, no sistema institucional, na educação, na cultura, na estrutura social, partidária e sindical [...]” (NOVARO & PALERMO, 2007, p. 26) fracassou. Ele não conseguiu resolver os graves problemas do país naquele angustiante momento, e ainda acumulou para si o peso de carregar os mortos e desaparecidos políticos gerados durante a desenfreada “guerra anti-subversiva”¹³.

¹⁰ Designação atribuída à República Argentina, v. *idem*.

¹¹ Todas as negociações, bem como a intervenção da ONU e suas resoluções na tentativa de resolver de forma pacífica o conflito, encontram-se em DUARTE, 1986, p. 30-35.

¹² O canal de Beagle, situado no extremo sul do continente americano, foi alvo de disputa entre Argentina e Chile. As reivindicações dos dois países giravam em torno da soberania de três ilhotas que se encontram no canal: Nueva, Picton e Lennox. Foi necessária a intercessão do Papa João Paulo II para que esse episódio não terminasse em guerra.

¹³ Período da ditadura militar argentina onde foram assassinados e presos os contrários ao regime. Um relato minucioso desse período pode ser encontrado em NOVARO & PALERMO, 2007, p. 87-216.

É diante desse período frustrante que o regime militar, abalado por ter seus sonhos governamentais malogrados, vai tentar uma última cartada para se manter no poder (se bem que não havia como saber se aquela seria a última mesmo). Esse seria o momento ideal para invocar a “Questão Malvinas”, pois “[...] ela estava profundamente enraizada na sociedade argentina como causa nacional.” (NOVARO & PALERMO, 2007, p. 539-540) e unia politicamente os setores antagônicos, direita e esquerda (DRUETTA, 1987). Restava então às forças armadas, após o apoio maciço da nação, cuidar daquilo que eles deveriam fazer melhor: uma guerra. Sendo assim, segundo Cheresky, a “Guerra das Malvinas ensejou uma virada na lógica do poder. A aventura militar foi apresentada como atendimento aos desejos do povo, e o regime empreendeu, desde o início, uma mobilização populista.” (1986, p. 28). O conflito das Malvinas inicia-se dentro desse conturbado contexto. Sob o governo do general Leopoldo Fortunato Galtieri, a eterna reivindicação argentina consegue agora chamar a atenção do mundo.

E esse posicionamento argentino, que consequentemente geraria o conflito, foi apresentado pela revista *Veja*¹⁴ no título de seu primeiro artigo sobre a guerra: *Galtieri foi à Guerra: A Argentina invade as Malvinas, humilha a Inglaterra e arranja uma causa nacional que dá um novo fôlego ao regime militar.* (*Veja*, 07.04.1982). Segundo Novaro & Palermo, a “idéia de recuperar as Malvinas não era, em absoluto, artificial ou circunstancial; era um projeto de longa data, sustentado em motivações sinceras do regime militar, que, dava-se como certo, contaria com um amplo apoio civil.” (2007, p. 540). Sendo assim, fica evidente: não se pode atribuir ao início do conflito a idéia simplória de uma guerra arrumada na última hora para atender aos anseios de um regime à beira do precipício, conforme afirmação da RV.

Impacto sobre a sociedade argentina

Nem bem iniciada a guerra, já se tornam perceptíveis as mudanças no cotidiano portenho, pois a população que vivia sufocada debaixo do duro jugo da ditadura começava a respirar. Isso, lógico, nada mais foi do que uma concessão de liberdade do regime militar que a RV aponta com muita ênfase em suas reportagens. Conforme a mesma, para se ter uma breve noção da mudança súbita na sociedade argentina, basta saber que os mesmos argentinos que três dias antes do início do conflito foram violentamente reprimidos durante uma manifestação contra a política do governo, puderam após a invasão das Malvinas, comemorar o ataque nos corredores internos da sede do governo, a suntuosa *Casa Rosada*. (*Veja*,

¹⁴ Como as fontes principais utilizadas no trabalho são provenientes da revista *Veja*. A partir desse momento será usada a sigla RV para referenciá-la.

07.04.1982); Buenos Aires foi tomada por uma grande euforia com a notícia da tomada de *Port Stanley*, capital do arquipélago da Malvinas:

Trombetada em Buenos Aires, a mesma notícia [tomada de Port Stanley] atraiu às ruas uma festiva multidão. Aos gritos de “Quem não salta é inglês”, o clima na *Plaza de Mayo* era de franco carnaval portenho. O ex-presidente Roberto Viola¹⁵, humilhanamente apeado do poder por Galtieri há menos de quatro meses, surgia da sombra para pedir ao povo apoio ao governo. Ao mesmo tempo, num gesto de calculada magnanimidade, o presidente argentino, general Leopoldo Galtieri, devolvia à circulação adversários políticos que ele mesmo mandara encarcerar, 72 horas antes. Nas ruas de Buenos Aires, os argentinos se esqueceram, por um momento, da inflação de 130%, do desemprego de 13% e da violência política do Estado (*Veja*, 07.04.1982).

Conforme se pode ver no trecho citado acima, os argentinos resolveram esquecer os problemas que assolavam a nação para se dedicarem à causa nacionalista em prol da guerra. E cada um foi fazendo a sua parte, alimentando dia-a-dia uma espécie de “guerra nacionalista”, que consistia basicamente em se auto-afirmar e manter um sentimento de rejeição pelos ingleses. Segundo a RV:

A inflamada guerra nacionalista chegava ao seu apogeu. Nos cinemas, antes de cada sessão tocou-se o hino nacional. Nas estações de metrô, marchas militares, no hipódromo [...], disputou-se o Gran Premio Malvinas Argentinas, enquanto a Secretaria de Informação Pública determinava a proibição de “O Mercador de Veneza”, de William Shakespeare, produzido pela BBC (*Veja*, 14.04.1982).

Esse era o clima existente no continente, e com os civis, bem ao contrário do vivido pela outra parte da população que se encontrava nas ilhas geladas, no *front*: os soldados argentinos. Além de combaterem os ingleses, eles precisavam superar o ambiente hostil em que se encontravam. Era uma difícil situação, devido ao clima daquele lugar, “com ventos [...] variando de 50 a 150 quilômetros horários, temperaturas de 4 graus durante o dia e menos 5 à noite, garoa todos os dias, o clima é aterrorizador para os soldados [...]” (*Veja*, 28.04.1982). Fogwill¹⁶ também escreve em sua novela *Os Pichicegos* sobre as várias condições adversas (além da guerra, é claro) que os soldados enfrentavam. Esse ambiente “malvinense” criado pelo próprio autor em sua obra traz o seguinte:

Imaginava a neve branca, leve, caindo em linha reta até o chão e descansando depois no solo até cobri-lo com um manto branco. Mas aquela neve ali, amarela, não caía: escorria horizontalmente pelo vento, grudava nas coisas, arrastava-se depois pelo chão e no meio da grama pra lambar a poeira da terra; ficava marrom, virava lama. E era isso que

¹⁵ Para maiores informações sobre o golpe que tirou o ex-presidente Roberto Viola do poder (cf. *Veja*, 16.12.1981; NOVARO & PALERMO, 2007, p. 468-509).

¹⁶ Rodolfo Enrique Fogwill é formado em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires; é escritor, poeta e ensaísta. Escreveu *Os Pichicegos* em 1982, durante a guerra das Malvinas. Essa pequena novela relata a história de um agrupamento de soldados do exército argentino que se escondem para não lutar mais e esperar o fim da guerra (leia-se guerra das Malvinas).

chamavam de neve quando diziam que tinha neve nos acessos. Neve: barro pesado, gelado, frio e grudento (FOGWILL, 2007).

Já iniciada as ofensivas britânicas, o clima em Buenos Aires passa a ser de preocupação. A possibilidade da guerra se estender para o continente chegou a ser cogitada (Veja, 05.05.1982). O medo e a insegurança gerados pelos recentes acontecimentos vão invocar uma maior participação da imprensa argentina. De acordo com a RV, ela começa a desempenhar alguns papéis: censurar notícias sobre a guerra e aguçar o nacionalismo nas propagandas. Intitulada de *A desinformação ataca: A opinião pública argentina, num momento crucial, é bombardeada com propaganda e miragens*, a reportagem mostra por onde e como acontecia o uso da imprensa. A censura ficava no “[...] terreno dos comunicados oficiais, declarações de funcionários e informações de jornais argentinos ligados a setores das Forças Armadas” (Veja, 05.05.1982); no rádio soava incansavelmente o hino das “Malvinas Argentinas”¹⁷; na televisão, no rodapé de todas as transmissões aparecia a seguinte mensagem: “Espírito de luta e fé na vitória” (Veja, 05.05.1982).

Essa tentativa de domesticação da nação, promovida pela mídia argentina sob os cuidados do militares, pretendia ocultar uma questão cada dia mais cruel: a derrota dos argentinos na guerra das Malvinas. Até para os militares, a cada dia ficava mais claro, “[...] de que a guerra não pode ser ganha com exortações patrióticas e manifestações de rua” (Veja, 12.05.1982).

As ações do regime militar argentino

Já foi mencionado anteriormente que algumas ações militares deram início ao conflito das Malvinas. Esse aspecto foi muito usado pela RV, de maneira que sua interpretação imputou ao regime militar argentino, a responsabilidade única e exclusivamente pela guerra. Na *Carta ao Leitor* (Veja, 14.04.1982), escrito pelo Diretor de Redação da própria revista José Roberto Guzzo, fundamenta-se toda a linha explicativa usada nas reportagens da RV sobre o período. Essa linha proposta vai apresentar o regime militar como inconsequente e incapaz de conseguir algum bom êxito com a guerra. Isso é verificado nas próprias palavras de Guzzo:

¹⁷ Hino composto por Carlos Obligado a pedido da *Junta Pro-Recuperación de las Malvinas* no ano de 1939 e selecionado por um concurso em 1941. É interpretado oficialmente a partir de 1968 em todas as escolas argentinas após aprovação do *Ministerio de Educación de la Nación* argentino (cf. Disponível em: < <http://www.fmmeduacion.com.ar/Escritos/Patrias/marchamalvinas.htm> > Acesso em: 10 ago. 2008, 08:40; < <http://ar.geocities.com/laperlaaustralanexos2/pagina50.htm> > Acesso em: 10 ago. 2008, 08:35).

A ocupação das ilhas Malvinas pela Argentina, um episódio que poderia ser uma opereta pela desimportância material de um grupo de ilhotas perdidas no fundo do oceano Atlântico, mas que imediatamente se transformou em assunto sério pela recusa moral, política e militar da Inglaterra em aceitar esse ato de força, ilustra de maneira exemplar as confusões que uma ditadura pode arranjar para si própria – e, em consequência, para o país que tem a infelicidade de conviver com ela. Incapazes de administrar a Argentina, de satisfazer as necessidades de sua população e até mesmo de se entenderem entre si – já tiveram três governos nos últimos seis anos –, os militares de Buenos Aires decidiram que uma causa externa, como a soberania das ilhas, seria a melhor válvula de escape para a montanha de problemas que fizeram desabar sobre o país (Veja, 14.04.1982).

Esse autor escreve ainda sobre as consequências da continuidade da ocupação argentina bem como os próximos passos a serem tomados após as primeiras informações de um revide britânico:

Após a euforia inicial da aventura [...] cabe agora aos generais arrumarem uma saída para a embrulhada na qual se meteram. [...] A Argentina se vê [...] na iminência de uma derrota militar e isolada de todo o mundo ocidental civilizado, ao qual o seu regime tanto gostaria de pertencer. É bem feito para uma ditadura sempre propensa a exterminar quem quer que se lhe oponha dentro de suas fronteiras. Agora, ela tem o desprazer de verificar que tudo fica muito mais complicado quando se trata de dar ordens a quem está fora (Veja, 14.04.1982).

A mesma sintonia entre as seguidas reportagens da RV e Guzzo pode ser confirmada no seguinte trecho:

A chegada da frota britânica ao teatro de operações, com a implícita iminência de uma ação armada, compunha [...] um quadro povoado de enigmas para o regime argentino. A menos que vença o conflito que criou, ele terá enfiado o país num túnel cuja saída não está à vista (Veja, 28.04.1982).

Druetta também escreve sobre a atitude do regime militar com a guerra, afirmando que “o 2 de abril¹⁸ é a data mais vazia da onipotência dos militares que governaram a Argentina, uma onipotência fantasmagórica que como o ato das Malvinas procurava lavar todos os pecados anteriores” (1987, p. 159). De fato o regime teve a sua parcela (e bem grande, diga-se de passagem) de culpa nessa história. Mas uma coisa é certa: ele atendeu as conjunturas de sua época. Cheresky afirma que o exército também se sentia pressionado pela população para não recuar em sua empreitada, e colocar-se contra a mesma (1986, p. 28). Analisar, então, de forma isolada o posicionamento militar como irresponsável é um critério perigoso.

Outra ação do militares apresentada pela RV, diz respeito às frases de impacto criadas para animar e nutrir a população argentina durante a guerra. Esse foi um recurso muito utilizado em momentos adversos – de nítida superioridade e revide inglês. Frases do tipo:

¹⁸ Data da invasão das tropas argentinas nas ilhas Malvinas.

“Melhor que ter navios de ferro com homens de madeira, é ter navios de madeira com homens de ferro”; “As Malvinas foram, são e serão argentinas”; “[somos] 27 milhões de soldados” (esta última referindo-se a população nacional como um único exército) foram amplamente divulgadas em Buenos Aires (*Veja*, 14.04.1982).

Ao mesmo tempo em que os militares tentavam encorajar a população, de contrapartida sentiam medo. Esse medo vivido pelo regime deve-se a uma possível crise política, interna, que se abateria sobre a Argentina no caso de uma derrota para a Inglaterra, e possivelmente poria fim ao governo ditatorial (*Veja*, 14.04.1982). Inevitavelmente foi o que aconteceu, a

Argentina passou por um período de transição longo e agitado, que iniciou no momento em que os militares, imediatamente após a derrota das Malvinas, em junho de 1982, formularam a promessa de convocar eleições [...] e autorizaram o reinício das atividades políticas (CHERESKY, 1986, p. 28).

Ou seja, todo esforço despendido pelo exército em prosseguir com sua campanha das Malvinas e tentar “salvar o regime” se encerra definitivamente no dia 14 de junho de 1982, data do fim da guerra e início da rendição dos soldados argentinos. Essa data, segundo Novaro & Palermo, “[...] desabava sobre um publico maciço que havia permanecido numa ignorância absoluta quanto a situação militar nas ilhas [...]” (2007, p. 601) e desmascarava de vez, a iniciativa dos militares de utilizarem de censura para ocultar a verdadeira realidade da população, que desde o início do conflito, legitimou e apoiou o empreendimento militar argentino.

Considerações Finais

Esse trabalho, além de tratar aspectos interessantes sobre a Guerra das Malvinas, mostrou como a mesma foi retratada sob a ótica da revista *Veja*. Vale ressaltar a importância de se trabalhar com representações e imprensa, objetos enriquecedores para compreensão do momento histórico em que se trabalha.

Seguindo essa mesma linha, dentro dessas considerações finais, se torna importante saber que discurso proposto pela RV na época, além de suas peculiaridades editoriais, estava presente dentro de um novo momento para a imprensa brasileira, de maior liberdade midiática, após vários anos de censura pelo regime militar¹⁹. O exposto abaixo confirma:

¹⁹ Cf. (ABREU, 2002, p. 14-15; FICO, 2003, p. 187-193).

No final de seu governo, o general Geisel enviou ao Congresso proposta de emenda Constitucional que revogava o AI-520. A revogação foi aprovada em dezembro de 1978. Entretanto, permaneceu em vigor a Lei de Segurança Nacional, que além de definir alguns crimes de imprensa, atribuía ao ministro da Justiça competência para apreender e suspender impressos, caso estes implicassem crimes contra a segurança nacional. Durante o governo do general João Batista Figueiredo [1979-1985], último presidente do regime militar, foi abolida, pela Lei nº 7.170, a interferência da Lei de Segurança Nacional no tocante à legislação de imprensa (ABREU, 2002, p. 27).

O fato das fontes utilizadas serem datadas dessa época de iminente abertura democrática no Brasil pode explicar e muito o tipo de informação publicada pela revista *Veja*.

Se existisse uma conclusão para esse trabalho – o que se torna difícil, devido à abrangência que esse assunto pode alcançar, e sendo esse apenas um pequeno esboço desse assunto tão rico – pode-se dizer que foi contrária a intenção inicial pensada acerca da problemática proposta. Imaginava-se que pelo fato de Brasil e Argentina terem tido ditaduras militares – ambas contra o avanço da esquerda na América Latina – que os dois também tivessem, de um modo geral, cumplicidade na divulgação de informações através da imprensa. Conforme mostrado acima, no momento da guerra, a realidade brasileira era bem diferente da realidade portenha, e pelas próprias reportagens da RV fica claro que o regime militar argentino foi duramente criticado pela mesma, o que faz “cair por terra” a cumplicidade esperada. Percebe-se também que os pontos de vistas impostos pela RV não eram os do governo brasileiro.

De fato, analisando a Guerra das Malvinas apenas através do conteúdo vinculado pela RV na época, ficamos com uma visão um tanto “miope” sobre o assunto, pois a mesma não nos dá uma visão geral do conflito, mas apenas um lado história. E esse lado respeita o tipo de publicação desejada pela RV, ou seja, pela sua linha editorial.

Fontes:

Veja, São Paulo, n. 709, 7 abr. 1982.
Veja, São Paulo, n. 710, 14 abr. 1982
Veja, São Paulo, n. 712, 28 abr. 1982.
Veja, São Paulo, n. 713, 05 mai. 1982.
Veja, São Paulo, n. 714, 12 mai. 1982.

Referências:

²⁰ Ato Institucional nº 5. Promulgado em 13 de Dezembro de 1968. “Pelo AI-5, o presidente da República teve seus poderes ampliados e pôde impor a censura prévia aos meios de comunicação, desde que tal procedimento fosse considerado necessário à defesa do regime” (ABREU, 2002, p. 14-15).

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa (1970-200)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

CHAUVEL, Lucrecia Escudero. **Malvinas: El gran relato**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

CHERESKY, Isidoro. Rumo à Argentina pós-autoritária. In: _____; CHONCHOL, Jaques. **Crise e transformação dos regimes autoritários**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986, p. 23-26.

COLLINGWOOD, Robin George. **A idéia de história**. Lisboa: Editora Presença, 1972.

DRUETTA, Gustavo Adolfo. Os significados da Guerra das Malvinas. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: Pensamento e ação política**. Campinas: Papirus, 1987, p. 153-159.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986, v 1.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lúcia de Almeida N. **O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 187-199.

FOGWILL, Rodolfo Enrique. **Os pichicegos: Malvinas: Uma batalha subterrânea**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GLÉNISSE, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 5 ed. São Paulo: Bertrand, 1986, p. 177-8.

MARCHA de las Malvinas. FMM Educación. Disponível em: <
<http://www.malvinense.com.ar/bajasbritanicas.html> >. Acesso em: 10 ago. 2008, 08:40.

MATTOSO, José. A escrita da história: teoria e métodos. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina 1976-1983: Do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIETO, Saturnino Sánchez. **Y qué es la historia? Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundaria**. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 1995.

THOMPSON, John B. Comunicação e Contexto Social. In THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade. Uma teoria social da mídia**. Ed. Vozes, RJ, 1998, p. 19-46.